



Número: **0845192-42.2020.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **5ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **11/09/2020**

Valor da causa: **R\$ 7.087,50**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ALISON CORREIA DO NASCIMENTO (AUTOR)		JOSE EDUARDO DA SILVA (ADVOGADO) ALEXANDRA CESAR DUARTE (ADVOGADO)	
BRADESCO SEGUROS S/A (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
34238 406	21/09/2020 12:22	Despacho	Despacho
35197 883	07/10/2020 10:28	Petição	Petição
35198 824	07/10/2020 10:28	COMP. RENDA ALISON CORREIA	Documento de Comprovação
35198 825	07/10/2020 10:28	GUIA DE CUSTAS ALISON CORREIA DO NASCIMENTO	Documento de Comprovação
35242 852	30/10/2020 17:52	Decisão	Decisão



Poder Judiciário da Paraíba
5ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0845192-42.2020.8.15.2001

DESPACHO

Em relação ao pedido de justiça gratuita, o art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, dispõe “o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”.

Embora para a concessão da gratuidade não se exija o estado de miséria absoluta, é necessária a comprovação da impossibilidade de arcar com as custas e despesas do processo sem prejuízo de seu sustento próprio ou de sua família.

A declaração de pobreza, por sua vez, estabelece mera presunção relativa da hipossuficiência, que cede ante outros elementos que sirvam para indicar a capacidade financeira, nem é prova inequívoca, sem contar que é desnecessária ante a possibilidade do próprio advogado afirmar na inicial, desde que tenha poderes para tanto, declarado na procuração.

No caso, há elementos suficientes para afastar a presunção, em especial, natureza e objeto discutidos.

Ademais, requer a gratuidade, sem sequer informar o valor das custas, as quais requer a dispensa de pagamento. Em outras palavras, o próprio autor não sabe se tem ou não capacidade de pagamento delas.

Por outro lado, o Juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos.



Assim, antes de indeferir o pedido, contudo, convém facultar ao interessado o direito de provar a impossibilidade de arcar, sem o seu próprio prejuízo ou de sua família, com as custas e despesas do processo.

ANTE O EXPOSTO, para apreciação do pedido de Justiça Gratuita, INTIME-SE a parte requerente para, em 10 (dez) dias, apresentar, sob pena de indeferimento do benefício, documentos capazes de comprovar a hipossuficiência, tais como: cópia das últimas folhas da carteira do trabalho; comprovante de renda mensal e de eventual cônjuge, cópia dos extratos bancários de contas de sua titularidade e de eventual cônjuge, dos últimos três meses; cópia dos extratos de cartão de crédito, dos últimos três meses; cópia da última declaração do imposto de renda apresentada à Secretaria da Receita Federal e documento comprobatório de recebimento do bolsa família.

Em especial, juntar(em) a simulação do valor das custas e despesas as quais requer(em) a gratuidade, se já não tiver juntado.

Tudo, ante a possibilidade de redução ou parcelamento, que podem ser requeridos, nos termos do NCPC. Acaso deferido o benefício e posteriormente revogado, a parte arcará com as custas judiciais e despesas processuais e multa de 10 vezes o valor das custas judiciais, nos termos previstos no artigo 100, p. único do NCPC. Na mesma oportunidade, deverá o autor colacionar ao feito a comprovada solicitação administrativa da indenização securitária.

P.I.C.

JOÃO PESSOA, 19 de setembro de 2020.

Juiz(a) de Direito



EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA 5ª VARA CIVIL DA CAPITAL.

JUSTIÇA GRATUITA

ALISON CORREIA DO NASCIMENTO, já devidamente singularizado nos autos do processo, vem perante vossa excelência, por meio de seus advogados, atender o despacho retro.

O autor atualmente encontra-se empregado, trabalhando na empresa desde o ano de 2016, exercendo a função de Segurança patrimonial. Seu salário gira em média entre um salário mínimo, o contra cheque apresentado é o mais recente que o autor possuía no momento. Toda a verba salarial adquirida pelo autor é utilizada para seu sustento e de sua família. Dessa forma, o autor não dispõe de recursos para custear as despesas processuais, momento que reitera o pedido feito na inicial, a concessão da justiça gratuita.

Vejam os *“art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei”*. O NCPC coaduna-se com o princípio insculpido no art. 5º, LXXVII da Constituição Cidadã: *“LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”*

Note-se que o § 4º do art. 99 do NCPC assim prevê: *“a assistência do requerente por advogado particular não impede a concessão de gratuidade da justiça”*.

Ora, de fato não parecia admissível condicionar o deferimento da gratuidade judiciária ao patrocínio pela Defensoria Pública ou convênios, porquanto a parte tem o direito à livre escolha do profissional que defenderá seus interesses, daí a relevância da previsão expressa no NCPC

Diante de tudo que foi exposto, ratifica os pedidos da inicial, requerendo a concessão da justiça gratuita, por ser o autor hipossuficiente.

Nestes termos, pede-se deferimento.

João Pessoa, 07 de Outubro de 2020.



Condominio Manaira
Rua Manoel Arruda Cavalcante, 805 / Loja 332 - Manaira, JOAO PESSOA
07 770 585/0001-78

Recibo de Pagamento - Salário
ABRIL/2020

Funcionário: 01411 - ALISON CORREIA DO NASCIMENTO
Departamento: SEGURANÇA PATRIMONIAL
Data admissão: 03/10/2016

Cargo : 517415 - Agente de Portaria
Seção: AGENTE DE PORTARIA
Data pagamento: 06/05/2020

Cód.	Descrição	Ref.	Vencimentos	Descontos
1001	Salário	16,00	617,05	
1008	Horas Adicional noturno	04,02	5,18	
1015	Salário família	1,00	48,62	
1031	Arredondamento - Crédito	0,00	1,88	
1088	DSR - Adicional Noturno	0,00	1,30	
2001	Faltas	1,00		38,57
2031	Arredondamento - Débito	0,00		0,03
2080	INSS	7,50		40,97
2502	Farmácia Permanente	0,00		42,00
2523	DSR S/Faltas	1,00		38,57
2552	Plano de saúde smile	0,00		87,89
			674,03	248,03
			Valor Líquido	426,00
Salário Base			126,24	
Salário Contr. INSS				2
Base de Cálculo FGTS				
FGTS do Mês				
Base de Cálculo IRRF				
Dependentes IRRF				

1.156,96

546,39

546,39

43,71

126,24

2



DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO


DATA

ASSINATURA

VIA EMPREGADO



 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			Número do boleto: 200.4.20.50163/01
			Data de emissão: 01/10/2020
Nº do Processo: 0845192-42.2020.815.2001	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 31/10/2020
Número da 200.2020.650163 Tipo da Custas Iniciais			UFR vigente: R\$ 51,87
Detalhamento - Custas Processuais: R\$ 518,70 - Taxa Judiciária: R\$ 106,50 - Taxa bancária: R\$ 1,35			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Promovente ALEXANDRA CESAR DUARTE; ALISON CORREIA DO			Parcela: 1/1
Promovido: BRADESCO SEGUROS S/A;			Valor total: R\$ 626,55
Valor da causa: R\$ 7.087,50			Desconto total: R\$ 0,00
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.			
866600000065 265509283189 520201031207 042050163015 			Valor final: R\$ 626,55

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			Número do boleto: 200.4.20.50163/01
			Data de emissão: 01/10/2020
Nº do Processo: 0845192-42.2020.815.2001	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 31/10/2020
Número da 200.2020.650163 Tipo de Custas Iniciais			UFR vigente: R\$ 51,87
Promovente ALEXANDRA CESAR DUARTE; ALISON CORREIA DO			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Promovido: BRADESCO SEGUROS S/A;			Parcela: 1/1
Valor da causa: R\$ 7.087,50			Valor total: R\$ 626,55
Detalhamento - Custas Processuais: R\$ 518,70 - Taxa Judiciária: R\$ 106,50 - Taxa bancária: R\$ 1,35			Desconto total: R\$ 0,00
			Valor final: R\$ 626,55

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			Número do boleto: 200.4.20.50163/01
			Data de emissão: 01/10/2020
Nº do Processo: 0845192-42.2020.815.2001	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 31/10/2020
Número da 200.2020.650163 Tipo de Custas Iniciais			UFR vigente: R\$ 51,87
Detalhamento - Custas Processuais: R\$ 518,70 - Taxa Judiciária: R\$ 106,50 - Taxa bancária: R\$ 1,35			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Promovente ALEXANDRA CESAR DUARTE; ALISON CORREIA DO			Parcela: 1/1
Promovido: BRADESCO SEGUROS S/A;			Valor total: R\$ 626,55
Valor da causa: R\$ 7.087,50			Desconto total: R\$ 0,00
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.			
866600000065 265509283189 520201031207 042050163015 			Valor final: R\$ 626,55





Poder Judiciário da Paraíba
5ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0845192-42.2020.8.15.2001

DECISÃO

Nas ações de cobrança de seguro obrigatório DPVAT, dificilmente ocorre acordo antes de realizada a perícia médica na vítima.

Portanto, a audiência prévia de conciliação poderá ser postergada para momento posterior ao do exame pericial, fazendo-se adaptações no procedimento que conduzam à máxima efetividade dos atos processuais e a maior celeridade do processo.

Em consequência, comprovado o requerimento administrativo prévio para a indenização (ID 34198623), **CITE-SE** a seguradora promovida para oferecer contestação, em 15 dias úteis, querendo, sob pena de revelia.

DEFIRO o pedido de justiça gratuita, diante da comprovada hipossuficiência econômica do autor, colacionada no ID 35198824, nos termos do art. 98 do NCPC.

CUMPRA-SE.

JOÃO PESSOA, 8 de outubro de 2020.

Juiz(a) de Direito

